



Boletim de Legislação



EJEF - *escola que forma e informa*

Nº 659 – 20 de outubro de 2021

Abrangência: 02/10/2021 a 15/10/2021

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEF disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 10.828	DOU; 04/10/2021	Regulamenta a emissão de Cédula de Produto Rural, relacionada às atividades de conservação e recuperação de florestas nativas e de seus biomas, de que trata o inciso II do § 2º do art. 1º da Lei nº 8.929, de 22.8.1994, que "Institui a Cédula de Produto Rural, e dá outras providências".	Dec. 10.828 (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 10.831	DOU; 07/10/2021	Regulamenta o art. 24 da Medida Provisória nº 1.061, de 9.8.2021, que institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil, e dá outras providências.	Dec. 10.831 (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 10.833	DOU; 08/10/2021	Altera o Decreto nº 4.074, de 4.1.2002, que regulamenta a Lei nº 7.802, de 11.7.1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins.	Dec. 10.833 (Site da Presidência da República)

LEI Nº 14.173	DOU; 08/10/2021	Promulga partes vetadas da Lei n. 14.173, de 15.6.2021 que "Altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6.9.2001, para modificar valores da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional, a Lei nº 5.070, de 7.7.1966, para modificar valores da Taxa de Fiscalização de Instalação, a Lei nº 11.652, de 7.4.2008, para modificar valores da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, e as Leis nºs 9.998, de 17.8.2000, 9.472, de 16.7.1997, 13.649, de 11.4.2018, 4.117, de 27.8.1962, e 12.485, de 12.9.2011; e revoga dispositivo da Lei nº 11.934, de 5.5.2009".	Lei 14.173 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.174	DOU; 08/10/2021	Promulga partes vetadas da Lei n. 14.174, de 17.6.2021 que "Altera a Lei nº 14.034, de 5.8.2020, para prorrogar o prazo de vigência de medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da Covid-19".	Lei 14.174 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.180	DOU; 08/10/2021	Promulga partes vetadas da Lei n. 14.180, de 1.7.2021 que "Institui a Política de Inovação Educação Conectada".	Lei 14.180 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.187	DOU; 06/10/2021	Promulga parte vetada da Lei n. 14.187, de 15.7.2021 que "Dispõe sobre a autorização para que estruturas industriais destinadas à fabricação de vacinas de uso veterinário sejam utilizadas na produção de insumos farmacêuticos ativos (IFA) e vacinas contra a covid-19 no Brasil".	Lei 14.187 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.193	DOU; 06/10/2021	Promulga partes vetadas da Lei n. 14.193, de 6.8.2021 que "Institui a Sociedade Anônima do Futebol e dispõe sobre normas de constituição, governança, controle e transparência, meios de financiamento da atividade futebolística, tratamento dos passivos das entidades de práticas desportivas e regime tributário específico; e altera as Leis nos 9.615, de 24.3.1998, e 10.406, de 10.1.2002 (Código Civil)".	Lei 14.193 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.199	DOU; 06/10/2021	Promulga parte vetada da Lei n. 14.199, de 2.9.2021 que "Altera as Leis nºs 8.212, de 24.7.1991, e 8.213, de 24.7.1991, para dispor sobre medidas alternativas de prova de vida para os beneficiários da Previdência Social durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Congresso Nacional; e dá outras providências".	Lei 14.199 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.211	DOU; 01/10/2021	Altera a Lei nº 4.737, de 15.7.1965 (Código Eleitoral), e a Lei nº 9.504, de 30.9.1997 (Lei das Eleições), para ajustar a sua redação à vedação constitucional de coligações nas eleições proporcionais; para fixar critérios para a participação dos partidos e dos candidatos na distribuição dos lugares pelo critério das maiores médias nas eleições proporcionais; e para reduzir o limite de candidatos que cada partido poderá registrar nas eleições proporcionais.	Lei 14.211 (Site da Presidência da República)

LEI Nº 14.212	DOU; 05/10/2021	Altera a Lei nº 14.116, de 31.12.2020, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021.	Lei 14.212 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.213	DOU; 05/10/2021	Altera a Lei nº 14.144, de 22.4.2021, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021.	Lei 14.213 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.214	DOU; 07/10/2021	Institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; e altera a Lei nº 11.346, de 15.9.2006, para determinar que as cestas básicas entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) deverão conter como item essencial o absorvente higiênico feminino.	Lei 14.214 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.215	DOU; 08/10/2021	Institui normas de caráter transitório aplicáveis a parcerias celebradas pela administração pública durante a vigência de medidas restritivas relacionadas ao combate à pandemia de covid-19, e dá outras providências.	Lei 14.215 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.216	DOU; 08/10/2021	Estabelece medidas excepcionais em razão da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) decorrente da infecção humana pelo coronavírus SARS-CoV-2, para suspender o cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa que resulte em desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público, exclusivamente urbano, e a concessão de liminar em ação de despejo de que trata a Lei nº 8.245, de 18.10.1991, e para estimular a celebração de acordos nas relações locatícias.	Lei 14.216 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.217	DOU; 14/10/2021	Dispõe sobre medidas excepcionais para a aquisição de bens e de insumos e para a contratação de serviços, inclusive de engenharia, destinados ao enfrentamento da pandemia da Covid-19.	Lei 14.217 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.218	DOU; 14/10/2021	Altera a Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, para dispor sobre a validade das normas educacionais a serem adotadas, em caráter excepcional, enquanto perdurarem a crise sanitária decorrente da pandemia da Covid-19 e suas consequências.	Lei 14.218 (Site da Presidência da República)
LEI COMPLEMENTAR Nº 185	DOU; 07/10/2021	Altera o art. 2º da Lei Complementar nº 125, de 3.1.2007, que "Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE; estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, áreas de atuação, instrumentos de ação", para incluir Municípios dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).	Lei Compl. 185 (Site da Presidência da República)

ATOS NORMATIVOS DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 658	DOU; 05/10/2021	Dispõe sobre medidas excepcionais e temporárias para entrada no País, nos termos da Lei nº 13.979, de 2020.	Port. 658 (Site da Imprensa Nacional)

ATOS NORMATIVOS MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 3.484	DOU; 07/10/2021	Torna público o Fluxo Nacional de Atendimento às Vítimas de Trabalho Escravo no Brasil.	Port. 3.484 (Site da Imprensa Nacional)

ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 1.366	DOU; 15/10/2021	Disciplina os procedimentos referentes à comprovação de vida anual dos beneficiários do INSS.	Port. 1.366 (Site da Imprensa Nacional)

ATOS NORMATIVOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 745	DJE/STF; 15/10/2021	Prorroga o art. 1º da Resolução 729/2021 que dispõe sobre as medidas preventivas ao Covid-19 no Supremo Tribunal Federal.	Res. 745 (Site do STF)

ATOS NORMATIVOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 228	DJE/CNJ; 08/10/2021	Prorroga o prazo de encerramento das atividades do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 199/2020, para contribuir com a modernização e efetividade da atuação do Poder Judiciário nos processos de recuperação judicial e de falência.	Port. 228 (Site do CNJ)
PORTARIA Nº 244	DJE/CNJ; 04/10/2021	Institui Grupo de Trabalho destinado ao acompanhamento e à execução do Projeto Justiça Restaurativa nas Escolas.	Port. 244 (Site do CNJ)
PORTARIA Nº 252	DJE/CNJ; 07/10/2021	Institui Grupo de Trabalho para a atualização do Modelo de Requisitos Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário (Moreq-jus).	Port. 252 (Site do CNJ)
PORTARIA Nº 255	DJE/CNJ; 07/10/2021	Institui Grupo de Trabalho destinado à criação de protocolo de avaliação de riscos e necessidades do adolescente em conflito com a lei para definição e execução de medidas socioeducativas.	Port. 255 (Site do CNJ)

PORTARIA Nº 256	DJE/CNJ; 11/10/2021	Designa os integrantes do Comitê Gestor Nacional da Inovação do Poder Judiciário.	Port. 256 (Site do CNJ)
RECOMENDAÇÃO Nº 109	DJE/CNJ; 06/10/2021	Recomenda aos magistrados e serventuários que adotem como padrão o modelo de comunicação de distribuição de demanda, ao ser distribuída ação contra o devedor em recuperação judicial, e dá outras providências.	Recom. 109 (Site do CNJ)
RECOMENDAÇÃO Nº 110	DJE/CNJ; 06/10/2021	Dispõe sobre a organização e padronização dos trâmites para realização das Assembleias Gerais de Credores na forma virtual e híbrida e da coleta de votos de forma eletrônica de maneira antecipada e dá outras providências.	Recom. 110 (Site do CNJ)
RECOMENDAÇÃO Nº 111	DJE/CNJ; 11/10/2021	Recomendar aos tribunais de todo o país que divulguem, em suas páginas oficiais e nos mandados judiciais, da campanha contra violência infantil, com a finalidade de informar aos usuários do sistema de justiça os canais de comunicação para proteção de crianças e de adolescentes.	Recom. 111 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 421	DJE/CNJ; 06/10/2021	Estabelece diretrizes e procedimentos sobre a cooperação judiciária nacional em matéria de arbitragem e dá outras providências.	Res. 421 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 423	DJE/CNJ; 06/10/2021	Altera a Resolução CNJ no 75/2009, que dispõe sobre os concursos públicos para ingresso na carreira da magistratura em todos os ramos do Poder Judiciário nacional.	Res. 423 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 424	DJE/CNJ; 06/10/2021	Altera a Resolução CNJ nº 403/2021, para estabelecer a facultatividade da participação de magistrados(as) da Justiça Eleitoral nas comissões de sustentabilidade e de acessibilidade, previstas nas Resoluções CNJ nº 400 e 401/2021.	Res. 424 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 425	DJE/CNJ; 11/10/2021	Institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades.	Res. 425 (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 426	DJE/CNJ; 11/10/2021	Altera a Resolução CNJ nº 106/2010, que dispõe sobre os critérios objetivos para aferição do merecimento para promoção de magistrados e acesso aos tribunais de 2º grau.	Res. 426 (Site do CNJ)

ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 69	DJE/CNJ; 13/10/2021	Institui Grupo de Trabalho para proposição de requisitos mínimos a serem observados pelas Corregedorias dos Tribunais ao realizar correições e inspeções ordinárias.	Port. 69 (Site do CNJ)

LEGISLAÇÃO MINEIRA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 48.280	Minas Gerais; 09/10/2021	Institui a Política de Gestão de Ativos Imobiliários no Estado de Minas Gerais e dá outras providências.	Dec. 48.280 (Site da ALMG)

ATOS NORMATIVOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DELIBERAÇÃO Nº 2.773	Diário do Legislativo; 05/10/2020	Altera a Deliberação da Mesa nº 2.764, de 7 de maio de 2021, que dispõe sobre a ampliação gradual das atividades presenciais na Assembleia Legislativa, observadas as ações necessárias para a prevenção da infecção humana Covid-19.	Delib. 2.773 (Site da ALMG)

ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 66	D.O.C 15/10/2021	Altera o percentual de trabalho presencial, em revezamento nas unidades e flexibiliza as medidas temporárias de prevenção ao contágio no âmbito Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, durante a pandemia de Covid-19.	Port. 66 (Site do TCEMG)

LEGISLAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 17.738	DOM; 15/10/2021	Altera os Anexos I e II do Decreto nº 17.361, de 22 de maio de 2020, que dispõe sobre a reabertura gradual e segura dos setores que tiveram as atividades suspensas em decorrência das medidas para enfrentamento e prevenção à epidemia de covid-19.	Dec. 17.738 (Site da PBH)
LEI Nº 11.314	DOM 06/10/2021	Institui o Programa Auxílio Belo Horizonte, para o enfrentamento das consequências sociais e econômicas da pandemia da covid-19.	Lei 11.314 (Site da PBH)

ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO Nº 70	DJE; 15/10/2021	Avisa sobre a abertura de inscrições para a recomposição de Turma Recursal de Grupo Jurisdicional do Estado de Minas Gerais.	Aviso 70 (Site do TJMG)
AVISO CONJUNTO Nº 58	DJE; 15/10/2021	Avisa a todos os interessados que as portarias conjuntas que estabelecem o funcionamento do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, de acordo com a classificação da situação epidemiológica das macro e microrregiões de saúde estabelecidas pelo Plano "Minas Consciente - Retomando a economia do jeito certo" do Governo do Estado de Minas Gerais, serão revistas quinzenalmente.	Aviso Conj. 58 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.361	DJE; 04/10/2021	Dispõe sobre a recomposição da 2ª Turma Recursal do Grupo Jurisdicional de Sete Lagoas.	Port. 5.361 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.362	DJE; 06/10/2021	Revoga o inciso CCLXXXIII do art. 1º da Portaria da Presidência nº 3.320, de 25 de abril de 2016, que "autoriza a participação de servidores no Projeto Experimental de Teletrabalho de que trata a Portaria Conjunta da Presidência nº 493, de 25 de abril de 2016".	Port. 5.362 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.363	DJE; 07/10/2021	Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Natércia.	Port. 5.363 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.364	DJE; 07/10/2021	Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Itaguara.	Port. 5.364 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.365	DJE; 07/10/2021	Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Bambuí.	Port. 5.365 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.366	DJE; 13/10/2021	Constitui comissão para promover os inventários físico e financeiro dos bens e materiais que especifica, relativos ao encerramento do exercício financeiro de 2021.	Port. 5.366 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.367	DJE; 13/10/2021	Constitui comissão para promover o inventário físico e financeiro dos valores em tesouraria e o levantamento das dívidas constantes dos grupos Passivo Circulante e Passivo Exigível a Longo Prazo do exercício de 2021.	Port. 5.367 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.368	DJE; 15/10/2021	Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Carmo de Minas.	Port. 5.368 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.369	DJE; 15/10/2021	Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de São Roque de Minas.	Port. 5.369 (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 5.370	DJE; 15/10/2021	Designa juizes leigos para atuarem em Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais.	Port. 5.370 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.371	DJE; 15/10/2021	Revoga o inciso CCXXV do art. 1º da Portaria da Presidência nº 3.320, de 25 de abril de 2016, que "autoriza a participação de servidores no Projeto Experimental de Teletrabalho de que trata a Portaria Conjunta da Presidência nº 493, de 25 de abril de 2016".	Port. 5.371 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.254	DJE; 14/10/2021	Altera a Portaria Conjunta da Presidência nº 952, de 23 de março de 2020, que "dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, atualizada conforme a Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 313, de 19 de março de 2020".	Port. Conj. 1.254 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.279	DJE; 14/10/2021	Dispõe sobre o "Projeto Experimental Convivência".	Port. Conj. 1.279 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.281	DJE; 06/10/2021	Dispõe sobre as datas-limite e atividades relativas ao encerramento do exercício financeiro e à apresentação e formalização das prestações de contas do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e do Fundo Especial do Poder Judiciário, exercício de 2021.	Port. Conj. 1.281 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.282	DJE; 07/10/2021	Instala o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Natércia.	Port. Conj. 1.282 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.283	DJE; 07/10/2021	Instala o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Itaguara.	Port. Conj. 1.283 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.284	DJE; 07/10/2021	Instala o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Bambuí.	Port. Conj. 1.284 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.285	DJE; 08/10/2021	Estabelece o funcionamento do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, de acordo com a classificação da situação epidemiológica das macro e microrregiões de saúde estabelecidas pelo Plano "Minas Consciente - Retomando a economia do jeito certo" do Governo do Estado de Minas Gerais.	Port. Conj. 1.285 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.286	DJE; 08/10/2021	Declara luto oficial no Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.	Port. Conj. 1.286 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.287	DJE; 15/10/2021	Instala o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Carmo de Minas.	Port. Conj. 1.287 (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.288	DJE; 15/10/2021	Instala o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de São Roque de Minas.	Port. Conj. 1.288 (Site do TJMG)
RESOLUÇÃO Nº 972	DJE; 04/10/2021	Autoriza a aplicação do percentual previsto no § 6º do art. 22 da Lei estadual nº 23.478, de 6 de dezembro de 2019, para fins de levantamentos das vagas das classes subsequentes das carreiras dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais nos processos classificatórios de promoção vertical, a partir do exercício de 2019.	Res. 972 (Site do TJMG)
RESOLUÇÃO Nº 973	DJE; 04/10/2021	Regulamenta o teletrabalho no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	Res. 973 (Site do TJMG)

RESOLUÇÃO Nº 974	DJE; 04/10/2021	Dispõe sobre o programa de assistência em creche ou em pré-escola para os dependentes dos servidores ativos do quadro de pessoal do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.	Res. 974 (Site do TJMG)
RESOLUÇÃO Nº 975	DJE; 04/10/2021	Dispõe sobre a instalação e a alteração de denominação de serventias extrajudiciais na Comarca de Patos de Minas e especifica novas linhas divisórias, correspondentes às circunscrições geográficas dos Municípios de Patos de Minas, Lagoa Formosa, São Gonçalo do Abaeté e Varjão de Minas.	Res. 975 (Site do TJMG)
RESOLUÇÃO Nº 976	DJE; 04/10/2021	Dispõe sobre a instalação de serventias extrajudiciais no Município e Comarca de Belo Horizonte e especifica novas linhas divisórias nas Zonas "C", "F" e "G", correspondentes às circunscrições geográficas dos 2º, 6º e 7º Ofícios do Registro de Imóveis da Comarca de Belo Horizonte, e dá outras providências.	Res. 976 (Site do TJMG)

ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO Nº 63	DJE; 07/10/2021	Avisa sobre a disponibilização de arquivo contendo informações sobre o padrão de desempenho, de produtividade e de presteza no exercício jurisdicional, relativo ao período de outubro de 2020 a setembro de 2021.	Aviso 63 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.898 (EXTRATO)	DJE; 15/10/2021	Alterar a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 6.851/2021.	Port. 6.898 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.937	DJE; 04/10/2021	Reconduz juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de São Gotardo.	Port. 6.937 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.938	DJE; 04/10/2021	Determina a realização de Inspeção Técnica na Comarca de Manhumirim para fiscalização dos serviços notariais e de registro.	Port. 6.938 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.941	DJE; 06/10/2021	Determina a realização de Inspeção Técnica na Comarca de Muriaé para fiscalização dos serviços notariais e de registro.	Port. 6.941 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.942	DJE; 07/10/2021	Determina a realização de Correição Extraordinária Parcial na 11ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte, para fiscalização dos serviços do foro judicial.	Port. 6.942 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.943	DJE; 08/10/2021	Reconduz juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Ipatinga.	Port. 6.943 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.944	DJE; 14/10/2021	Reconduz juíza de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de São João Nepomuceno.	Port. 6.944 (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 6.945	DJE; 14/10/2021	Reconduz juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Uberlândia.	Port. 6.945 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.946	DJE; 08/10/2021	Reconduz juíza de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Leopoldina.	Port. 6.946 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.947	DJE; 08/10/2021	Reconduz juíza de direito para o exercício das funções de Juíza Corregedora de presídios da Comarca de Leopoldina.	Port. 6.947 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.948	DJE; 08/10/2021	Reconduz juiz de direito para o exercício das funções de Juiz Corregedor de presídios da Comarca de João Monlevade.	Port. 6.948 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.949	DJE; 07/10/2021	Dispõe sobre a dispensa de Oficial Interino, nomeia responsável para responder pelo serviço e disciplina a suspensão do expediente no Ofício do 6º Registro de Imóveis de Belo Horizonte.	Port. 6.949 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.950	DJE; 07/10/2021	Revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 6.570, de 18 de setembro de 2020, que "reconduz juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Teófilo Otoni".	Port. 6.950 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.951	DJE; 07/10/2021	Determina a realização de Correição Extraordinária Parcial na 3ª Vara de Família da Comarca de Belo Horizonte, para fiscalização dos serviços do foro judicial.	Port. 6.951 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.955	DJE; 13/10/2021	Suspende o expediente no Ofício do 6º Registro de Imóveis de Belo Horizonte	Port. 6.955 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.957	DJE; 15/10/2021	Determina a realização de Correição Extraordinária Parcial na 5ª Vara Cível da Comarca de Uberlândia, para fiscalização dos serviços do foro judicial.	Port. 6.957 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.958	DJE; 15/10/2021	Determina a realização de Correição Extraordinária Parcial na 2ª Unidade Jurisdicional Criminal do Juizado Especial da Comarca de Belo Horizonte, para fiscalização dos serviços do foro judicial.	Port. 6.958 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 6.959	DJE; 15/10/2021	Determina a realização de Correição Extraordinária Parcial na 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da comarca de Iturama, para fiscalização dos serviços do foro judicial.	Port. 6.959 (Site do TJMG)
PROVIMENTO CONJUNTO Nº 103	DJE; 14/10/2021	Altera e revoga dispositivos do art. 92 do Provimento Conjunto nº 75, de 24 de setembro de 2018, que "regulamenta o recolhimento das custas judiciais, da taxa judiciária, das despesas processuais e dos demais valores e dá outras providências".	Prov. Conj. 103 (Site do TJMG)

Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca

Sugestões ou críticas: E-mail: cobib@tjmg.jus.br

Para receber o Boletim de Legislação por meio eletrônico, envie e-mail para cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br. O sistema remeterá uma mensagem de confirmação.